

AVANCA CINEMA

INTERNATIONAL CONFERENCE

2013

Título: Avanca | Cinema 2013

Coordenação: António Costa Valente, Rita Capucho

Capa: Gabriela Costa, André Pinto

Paginação: António Osório

Assistência gráfica: Gabriela Costa, André Pinto, Carlos Pereira, Roberto Oliveira

Impressão: Artipol - Artes Tipográficas, Lda

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Edições Cine-Clube de Avanca, 2013

Todas as imagens e gráficos foram fornecidos pelos autores dos textos.

A totalidade das imagens ou pertencem aos autores ou foram retiradas de espaços da web onde se encontravam disponíveis.

Edições Cine-Clube de Avanca

Rua Dr. Egas Moniz, 159

3860-078 AVANCA - Portugal

Tel/fax: 234 880658

livros@avanca.com

www.avanca.com

Depósito Legal: 362192/13

I.S.B.N.: 978-989-96858-3-3

“Fantasia Lusitana”, de João Canijo: O Portugal Ficcional vs. o País real. O Estado Novo e a ‘Portugalidade’. A Construção da Identidade

Vítor de Sousa

CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Universidade do Minho, Braga, Portugal

Abstract

In Lisbon, which welcomed refugees from around the world, we lived in the 40s of the twentieth century a fantasy of peace and happiness in opposition to the capitals of Europe affected by the Nazi invasion. In this documentary of João Canijo we are struck immediately by the title - “Fantasia Lusitana” – from which we foresee a deviation from reality, and stress the irony, a staging point from which we look at Portugal.

The director shows in an overwhelming way the images used in the Portuguese World Exhibition of 1940 (the high point of propaganda of the Estado Novo) as a reference, overlapping texts of three famous foreign travelers who passed through Lisbon during World War II (Alfred Doblin, author of “Berlin Alexanderplatz”, Erika Mann, daughter of Thomas Mann, and Antoine de Saint-Exupéry, author of “The Little Prince”). The mixture of simultaneous triumphal images of paradisiacal Portugal and the lucid and poetic texts read in “voice-off”, function as a methodical disassemble with which the film begins (the phrase “everything for the nation” by Salazar) and the attempt to create a virtual identity. It shows a nation of fantasists concerned with the superfluous and where, paradoxically, the foreigners are the ones who believe the least in this less evident reality.

Canijo shows how Portugal of the past continues today and dispels the unreality of the Portuguese identity, inoculated at Estado Novo, and which still lingers today.

Keywords: ‘Estado Novo’, Portuguese World Exhibition 1940 (Lisbon), Propaganda, Identity, ‘Portugalidade’.

Introdução

O meu interesse no documentário “Fantasia Lusitana” (2010), de João Canijo, cuja análise inclui na minha investigação de doutoramento, em curso, intitulado “Da ‘portugalidade’ à lusofonia” (na parte referente às representações da ‘portugalidade’), deriva da coleção de imagens sobre a Exposição do Mundo Português de 1940 (Lisboa) que apresenta e na ideia subjacente de identidade, inoculada pelo Estado Novo através da propaganda. Com efeito, o filme concentra a montagem das filmagens decorrentes daquele evento, todas elas apoloéticas do regime, por via de a censura inviabilizar outro tipo de perspetivas, não havendo, por isso, olhares diferentes sobre a realidade da época.

Desta forma, o realizador apela à memória – da História e do espectador –, apresentando um filme em que não precisou de utilizar a câmara já que se socorreu dos arquivos, tentando desmistificar a ideia sobre a propalada neutralidade que Portugal teve durante a I Guerra Mundial, com o país a ser poupado aos bombardeamentos, e que fez do território luso

quase que um oásis no panorama europeu. Portugal acolheu refugiados do conflito, em trânsito para outras paragens, e que Canijo agarrou para sublinhar os contrastes com a situação vivida no país em relação à Europa, evidenciando as fragilidades identitárias construídas pelo Estado Novo.

O filme integra as ideias de José Gil sobre o período do Estado Novo e lança um olhar centrado na questão da identidade nacional, sendo que a troca de perspetivas entre o realizador e o filósofo terá reforçado a ideia inicial do primeiro sobre a existência de dois níveis de realidade: o da propaganda (virtual), e o decorrente da guerra (real).

Com este artigo, pretendemos analisar o documentário, com o foco colocado na reflexão que promove sobre o que significa ser-se português, questionando a forma como foi construída a identidade, nomeadamente durante o período do Estado Novo, utilizando a Exposição do Mundo Português de 1940 (um dos pontos altos do regime), para evidenciar a artificialidade ideológica desse processo. De resto, o regime de então utilizou o caminho trilhado pelo evento para, mais tarde, introduzir no discurso político a ideia de ‘portugalidade’, decorrente da alteração do ‘Ato Colonial’ (1951), e que ficou conhecida através da frase “Portugal do Minho a Timor”. A ‘portugalidade’ tem sido, de forma recorrente, evocada na sociedade portuguesa. O discurso dos deputados do parlamento português que estudámos (durante a Assembleia Nacional, 1935-1974, na ‘Constituinte, em 1976; e na Assembleia da República, de 1976 até à atualidade) é paradigmático em relação a essa matéria. De resto, José Gil e João Canijo defendem que as marcas deixadas pelo Estado Novo na sociedade portuguesa ainda perduram.

O documentário

‘Enquanto o resto da Europa lutava numa guerra, a festa de regozijo de Portugal, oferecia ao mundo o exemplo da nossa disciplina e paz que nós saudamos e que merecemos’. É desta forma que o *trailer* de “Fantasia Lusitana”, com voz-off de António Lopes Ribeiro, retirado dos arquivos relativos ao “Jornal Português”, da propaganda do Estado Novo (uma espécie de magazine cinematográfico de atualidades exibido antes de sessões de cinema durante os anos de Salazar, que acabavam quase sempre com a frase, “E assim vai o mundo!”), apresenta o filme e o resumo. São 66 minutos em que o realizador mostra a montagem (feita por João Braz) das imagens de época baseadas no ano de 1940, data da realização, em Lisboa, da Exposição do Mundo Português, que decorreu entre 23 de junho e 2 dezembro, destinada a assinalar, simultaneamente, a fundação da nação portuguesa (1140) e a restauração da independência

(1640). Há fado, folclore, religião e a apresentação dos indígenas vindos dos quatro cantos do império. O filme começa, de resto, com o efeito visual de classes de ginástica da Mocidade Portuguesa a coreografarem a frase "Tudo pela Nação, nada contra a Nação", proferida por Salazar, dando o 'aviso' de que o que não fosse permitido pelo regime, ficaria de fora.

A Europa estava sob fogo intenso e era devastada pela guerra, mas Portugal não. A máquina de propaganda oficial do estado mostrava uma nação pacífica e próspera que tinha recebido, inclusivamente, uma delegação alemã e outra britânica (países em lados opostos do conflito), evidenciando a sua neutralidade. Numa das edições do já referido "Jornal Português", o termo *blitzkrieg*, por exemplo, é explicado aos portugueses como se as bombas fossem cerejas que caíam do céu. Eram as metáforas oficiais que pretendiam travestir-se de meias-verdades, destinadas a suavizar o conflito junto da população.

O documentário expõe a dualidade de Portugal durante os dias da II Guerra Mundial: a guerra existia bem perto do país, mas isso significava uma larga distância, já que o país vivia em paz, na sua dinâmica rural, e proporcionando uma rota de fuga para mais de 100 mil refugiados europeus para as Américas. É nesse contexto que se realiza a exposição do Mundo Português, montada ao lado do Tejo.

João Canijo promove a desmontagem de uma 'alegria postíca', veiculada pelas imagens do regime, forjadas na propaganda do Estado Novo. E, à falta de documentos que contrariassem a retórica oficial (por via de a censura ter inviabilizado outro tipo de abordagens), introduziu os testemunhos dos estrangeiros que passaram por Portugal, com o objetivo de mostrar que as imagens oficiais não passavam de uma farsa. O realizador mostra, assim, as imagens da Exposição do Mundo Português de 1940 sobrepondo-as com textos de três famosos viajantes estrangeiros que passaram por Lisboa durante a II Guerra Mundial: os escritores Alfred Döblin ("Portugal" em "Schicksalsreise") e Antoine de Saint-Exupéry ("Lisbonne Jouait au Bonheur" em "Lettre a un Otagé"), e a atriz Erika Mann ("In Lissabon Gestrandet", em "Ausgerechnet Ich Ein Lesebuch"). Os depoimentos, em que relatam as suas impressões do contacto com o país, são lidos pelos atores Hanna Schygulla, Rudiger Vogler e Christian Patey.

Erika Mann, por exemplo, respondia negativamente à sua própria interrogação sobre se os refugiados à sua volta se sentiam felizes e melhor do que as pessoas nas cidades bombardeadas da Inglaterra: "Não eram felizes, nem se sentiam melhor. Pois pior do que a catástrofe em si é a ameaça da catástrofe à qual se está inexoravelmente exposto". Desconstruindo a dinâmica em tons de cor-de-rosa, que o regime queria transparecer em Portugal, em contraste com a devastação da Europa, Alfred Döblin salientava que a perspetiva de encantamento de quem estava exilado em Lisboa resvalava "amiúde para o choque em relação a um país que chega a ser encarado como dentro de uma excentricidade primitiva". Um país que caracterizava como ruidoso "e onde toda a gente,

homens e mulheres, cospe no chão". Antoine Saint-Exupéry mantinha o registo, observando que, por baixo do sorriso, ele próprio achava Lisboa mais triste que as (suas) cidades extintas. Muito embora referísse que Portugal tentava acreditar na felicidade e que, em Lisboa, se "representava a felicidade para que Deus acreditasse nela". Tratava-se, assim, de "um paraíso claro e triste".

Ao longo do filme, João Canijo recupera imagens da comemoração da Batalha de Ourique – em que a propaganda do regime sublinhava a lenda que lhe estava associada, com a independência de Portugal a assentar na vontade expressa de Deus –; das paradas e desfiles de louvor à nação, e dos discursos de Salazar, de exaltação da "modéstia, espírito de humildade, ânimo sofredor e facilidade de adaptação" do povo português. Uma lógica baseada na ideia salazarista de "viver habitualmente" e que incluía a ideia que o próprio Salazar, numa conferência proferida em 1928, na União Operária de Coimbra, ainda antes de ir para o governo pela segunda vez (a primeira fora em 1926), e que ficou conhecida por "Duas economias" que, em grande parte, tipifica a função da riqueza e do valor das economias pequenas (a economia doméstica / e a economia da boa dona de casa) (Salazar, 1928: 577-600).

As únicas imagens a cores de "Fantasia Lusitana" podem ver-se no fim do documentário, relatando a inauguração, em 1959, do santuário do Cristo Rei, em Almada, como concretização de uma promessa que tinha sido feita para o caso Portugal ser poupado à guerra, como veio a acontecer.

Contexto

A historiadora Irene Fulsner Pimentel¹ refere que as décadas de 30-40 do séc. XX se assumiram como de grande implantação do Estado Novo. A novidade em relação à década de 40 foi a presença de estrangeiros refugiados, na sequência da II Guerra Mundial (que teve início a 1 de setembro de 1939). Portugal, a par da Sulza e da Turquia, tinham o estatuto de neutralidade, enquanto a Espanha assumia um estatuto diferente, de não-beligerância. No entanto, refere que em Portugal o conflito, embora ausente, estava bem presente.

A sociedade portuguesa era machista, sendo que a função pública vivia mal, muito embora suficientemente bem para não se proletarizar. Os operários, por exemplo, não eram vistos no centro da capital, uma vez que vestiam 'fato de macaco', o que não era 'permitted'. Em junho de 1940, tudo isso se altera com a vinda dos estrangeiros (refugiados), que tinham outra aparência, de mais ricos (embora muitos só tivessem a roupa do corpo), oriundos de outra civilização. As mulheres, por exemplo, frequentavam as esplanadas, usavam minissaia, e fumavam, o que provocava um enorme contraste com o que se passava em Portugal. Irene Fulsner Pimentel² recorda mesmo que o Rossio passa a ser conhecido por 'BonPernasse' (boas pernas), numa alusão francesa indireta. A historiadora refere que Portugal se descobriu europeu, sendo que os refugiados estavam a passar por aquele que

conheceriam como o último país do continente, em trânsito para os Estados Unidos da América.

As referências a este fenómeno foram quase inexistentes até aos anos 80 do séc. XX, tendo sido os estrangeiros que o começaram a investigar. “A memória começa a libertar-se”, como refere Irene Fulsner Pimentel³, evidenciando “um cosmopolitismo bem diferente do propalado ‘orgulhosamente sós’”. Refere, ainda, que Portugal era tido como um país paradisíaco, em que os judeus não eram perseguidos, não havia *blackout* à noite, e os produtos eram baratos. Um paraíso, no entanto, triste (Antoine de Saint-Exupéry), com Portugal a ser o país mais miserável da Europa. A título de exemplo, em 1941, os índices de mortalidade infantil eram os piores da Europa (142/1000). Um país onde era proibido andar descalço, cuspir para o chão, e era obrigatório ter licença de isqueiro. Não havia antissemitismo, mas existia anticomunismo, com perseguições assentes numa polícia política, designada numa primeira fase por PVDE e, depois, por PIDE. De referir que os estrangeiros nunca foram hostilizados, pois não faziam concorrência aos trabalhadores portugueses, uma vez que a lei não permitia que trabalhassem cá.

Fernando Rosas⁴ salienta que a realidade era menos passiva do que o filme mostra, destacando que, por detrás das imagens oficiais da propaganda (as únicas que existem e que o integraram, uma vez que a censura impediu a existência de abordagens diferentes das oficiais⁵) havia a “reação em curso do povo, do operariado nas grandes cidades, que lutava com greves violentíssimas, e o reagrupamento da oposição”. Não se tratava, assim, de uma fantasia coletiva, já que essa decorria da imagem oficial que passava, da existência de um Portugal que não existia, “de contas certas, de ordem, em que havia um lugar para cada um, em que mandava quem podia e obedecia quem devia”. Tratava-se, no entanto, “de uma realidade em transformação, que não aceitava o discurso oficial do regime”.

O fim da guerra é evocado com uma festa à beira Tejo, onde se vive uma verdadeira fantasia, com grandes ‘vivas’ a Salazar, sublinhado como o obreiro que fez com que Portugal não entrasse no conflito, mantendo o país neutro. Segundo o historiador, tratou-se de uma situação que decorreu de uma conjugação de alguns fatores, tendo sido boa para Alemanha (que vinha buscar volfrâmio a Portugal), e para os ingleses (que assim podiam fazer passar refugiados pela Península Ibérica). A festa de ‘agradecimento’ pela não participação na guerra mostrava a maneira em que se vivia em Portugal: “Salazar descobriu de forma inteligente que o que parecia era, sublinhando a aparência”. Uma fantasia que perdurou para além deste período.

É por isso que Fernando Rosas⁶ refere que “contraste” é a palavra que melhor define este filme”. Pela mão da propaganda de António Ferro (líder do Secretariado da Propaganda Nacional-SPN), o historiador observa que João Canijo nos dá a imagem de que “em cada casa era como se fosse um arrabalde do céu, sem tensões sociais, numa espécie de

presépio”. Mas tratava-se, de facto, de uma fantasia, uma vez que “era tudo mentira, já que o que existia era a extrema miséria e a fome”. O historiador⁷ recorda Hitler, quando este afirmava pretender um Reich para mil anos, para referir que “a Exposição de 1940 era a imagem do Estado Novo para a eternidade, o pico do regime”. Ou seja: “O filme mostra a imagem que o regime queria dar de Portugal”.

Como defende Luis Trindade (2008: 301), a exposição de 1940 simbolizou várias coisas importantes para o regime. Com a Europa em guerra, “Portugal mostrava-se ao mundo – que na ocasião, não passava realmente de um ‘mundo português’, ou seja, dos portugueses, mas que precisamente nesse sentido era erguido ao estatuto de totalidade”, mostrando ao mesmo tempo “um país reencontrado consigo mesmo”. Por detrás da encenação do acontecimento, já existia “um país rendido àquele cenário”, evidenciando que o SPN tinha no terreno uma máquina eficiente para produzir a “síntese consensual de Portugal” (*Idem*, 302). Fernando Rosas⁸ chama, no entanto, à atenção para o facto de, em Portugal, no período do pós-guerra, o regime ter dado “uma grande cambalhota”, sendo obrigado a afirmar, por exemplo – face às movimentações oposicionistas – que ‘democratas somos nós’ e que ‘ninguém nos vence’: “Mudou o nome da PIDE, do SPN, e de outras coisas, antecipou as eleições... Alterou, em 1951, o Ato Colonial”. O que corresponde a “muita cosmética, muito embora a ditadura se mantivesse forte e repressiva”.

Um olhar sobre a Identidade

Em “Fantasia Lusitana”, João Canijo avança com uma abordagem realista sempre com o foco colocado na pergunta “o que significa ser-se português” (Ribas, 2012). Trata-se, então, de um discurso sobre a identidade, em que se verifica uma grande afinidade com o pensamento do filósofo José Gil, nomeadamente com as ideias constantes do “Portugal, o Medo de Existir”. De resto, foi com José Gil que o realizador discutiu o filme, constando o seu nome da ficha técnica.

Em entrevista ao jornal “Público” (Câmara, 2010), João Canijo diz que, ao fazer o filme, percebeu que “o mito da gloriosa História de Portugal está enraizado na cultura portuguesa”, o que se constata através das imagens da Exposição do Mundo Português. E afirma que esses mitos perduram, muito embora se trate de uma situação que não tem “implantação em lado nenhum”. Nesse sentido, diz gostar de uma frase de Fernando Pessoa que aprendeu na adolescência e que refere que o mal em Portugal é o excesso de civilização dos incivilizados (*Idem, ibidem*). No fundo, trata-se de uma ideia que cruza o pensamento de José Gil, quando o filósofo observa que “pior do que a ausência de forma é a arrogância de se tornar forma” (Gil, 2005: 106).

Berger & Luckmann (1999 [1966]: 179) referem-se à identidade como “um elemento-chave evidente da realidade subjetiva” e, como tal, que se posiciona “em relação dialética com a sociedade”; Moisés de Lemos Martins (1996: 26) chama à atenção para o facto de não se tratarem, apenas, de indicadores objetivos

ou subjetivos, já que também eles são simbólicos e, em termos epistemológicos, "definem valores que vão situar as representações e as práticas do grupo como transcendentais às decisões subjetivas". É nesse sentido que Rita Ribeiro (2011: 33) propõe que a identidade "não se limita à continuidade-mesmidade, sem dar conta das suas relações estratégicas e de poder". O facto é que a identidade pode "produzir efeitos práticos relevantes", como assinala Manuel Villaverde Cabral (2003: 529), para quem a identidade constitui "um conceito pobre e do foro do imaginário" (*Idem, Ibidem*).

Sobre Portugal, Eduardo Lourenço observa que o país "tem uma hiperidentidade porque tem um défice de identidade real", que compensa. "no plano imaginário" (Silva & Jorge, 1993: 38) e, no mesmo sentido, Boaventura de Sousa Santos (1990) sustenta que o excesso mítico de interpretação constitui um mecanismo para compensar o défice de realidade. José Gil (2009: 10) refere-se à subjetividade produzida pela "doença da identidade", salientando que a identidade portuguesa vive entre a realidade e a ficção.

O Estado Novo, a propaganda e a construção da identidade

Luís Reis Torgal (2009) refere que o Integralismo Lusitano, a par do movimento católico, se assumiu como um dos percursos aspirantes a um "Estado Novo". Moisés de Lemos Martins (2009: S/P) observa que a divisão que Salazar fez do mundo português deve ser perspectivada à luz do combate "por um conceito católico de identidade nacional, como luta por uma específica ordenação simbólica do país".

Um acontecimento importante para a disseminação ideológica do regime, foi a criação, em 1933, do SPN e cujo objetivo visou fornecer "uma imagem politicamente eficaz do regime dentro e fora das fronteiras do país" (Alves, 1997). A propaganda salazarista constitui, para José Gil (2005: 135) um "trauma subtil" que nem sequer foi sentido como tal. No entanto, esse 'mal' "que acabrunhava a generalidade dos portugueses" disseminou-se: "Para estes, não vinha do regime político, vinha da 'indole', do 'carácter', da 'essência' da portugalidade (como o fado, num certo discurso 'nacionalista' de opinião".

Para Fernando Rosas o salazarismo, "assente numa certa ideia mítica de nação e de interesse nacional", tentou "resgatar as almas" dos portugueses, integrá-los, sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, "no pensamento moral que dirige a Nação", "educar politicamente o povo português", sendo tudo feito num contexto "de rigorosa unidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime e de acordo com o ideário da revolução nacional" (Rosas, 2001: 1032). É, assim, colocada em prática uma dinâmica do Estado no sentido de criar o "homem novo", aquele que pertence ao Estado Novo, que nele habita e que nele está formatado. Em pleno período áureo (anos 30-40) "o regime definira um discurso propagandístico claro, agressivo, fundamentador de uma 'nova ordem', procedendo, para tal, quer à revisão purificadora e auto

legitimadora da memória histórica, quer à fabricação de um conceito integrador e unificador de 'cultura popular', de raiz nacional-etnográfica" (*Idem*: 1033-1034). O objetivo visava o estabelecimento de "uma ideia mítica de 'essencialidade portuguesa', transtemporal e transcendente", deixando para trás o liberalismo e procedendo à reeducação dos portugueses, "no quadro de uma nação regenerada e reencontrada consigo própria, com a sua essência eterna e com o seu destino providencial" (*Idem*: 1034).

De certa maneira, o povo do Estado Novo resulta de uma conjugação aparentemente irónica conciliando a modernidade com a afirmação das especificidades nacionais, através do folclore e das artes populares. Aliava-se a perspetiva tradicionalista à ação de Salazar, caracterizada pelo seu conservadorismo, nacionalismo e autoritarismo, "e um modelo de construção identitária, mobilizador de muitos intelectuais, na Europa e na América da primeira metade do século XX" (Alves, 2010: 193). Dessa forma se construía uma identidade nacional "supostamente exclusiva" e baseada na imagem de um país "onde até o povo mais rudo seria artista", ao mesmo tempo que se reforçava um dos estereótipos sobre Portugal, "o do país dos poetas" (*Idem, Ibidem*).

A mensagem do regime era passada "através de um discurso simples e objetivo, com ideias claras e incontroversas, que só poderiam levar à concordância geral, pois não havia o que discutir" (Silva, 2009: 4). O próprio Salazar impunha as balizas com base nos pilares do regime, como se pode concluir através do excerto de um discurso proferido em Braga, durante as comemorações do décimo aniversário do 28 de Maio: "Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória no trabalho e o seu dever" (Salazar, 1961:130).

José Gil reputa o salazarismo como: "um imenso sugadouro daquilo que torna a existência um dom da vida natural (zôé) para a vida social, a maneira de viver (*bios*). Um buraco negro que engoliu a existência no espaço público" (Gil, 2005: 135). E, não obstante constatar que o mal "era a impossibilidade da expressão das forças da vida, uma extraordinária chapa de chumbo que veio tapar os canais e redes de expressão na sociedade portuguesa" (*Idem, Ibidem*), evidencia uma explicação que poderá ter estado na origem da disseminação de toda uma lógica assente na propaganda:

De modo inédito, a chapa de silêncio não desabou bruscamente sobre a vida social, foi-se só insinuando e impregnando imperceptivelmente, de tal modo que quando o povo sentiu a mudança não sabia já quando e como ela tinha começado (*Idem, Ibidem*).

Para além de se referir à trilogia "Deus, Pátria, Família", representando um mundo simultaneamente patriarcal, rústico e cristão, Gil vai mais longe ao sublinhar que o mal se insinuou sub-repticiamente "em nome da moral cristã e do bom senso de todos

os comportamentos", pelo que a dificuldade em lutar contra esta constatação entranhada se revelou difícil, já que "virarmo-nos contra o mal era equivalente a virarmo-nos contra nós próprios" (*Idem, Ibidem*). Ou, como defende Moisés de Lemos Martins (1990: 158), "é a nação, na sua 'parte melhor', que reconhece a Ditadura, pela ratificação dos valores salvadores que a inspiram" ou seja, "a nação sanciona o sistema de valores salvadores adotados pela Ditadura".

Sobre a propaganda do Estado Novo, o próprio Salazar salientava que sempre que se referia ao assunto fazia a sua ligação à educação política do povo português, atribuindo-lhe duas funções: "informação primeiro; formação política, depois" (Salazar, 1943: 195). Nesse quadro, António Ferro, destacava duas missões relativas ao papel que o cinema português deveria assumir: "uma alta missão educativa dentro do País (no sentido estético e no sentido moral) e uma difícil missão externa levando aos outros povos o conhecimento da nossa vida, do nosso carácter e do grau da nossa civilização" (Ferro, 1950: 70-71).

O Estado Novo e a construção da verdade

Moisés de Lemos Martins (1990) observa que o regime de verdade salazarista impõe um imaginário coletivo que combate a desagregação da nação, através da promoção da sua unidade, investe na regeneração nacional, no sentido de evitar a sua degenerescência e cumpre a 'verdade' da pátria, sendo vigilante com a sua possível contrafação. José Gil, sublinha que a ordem discursiva salazarista assentava na identidade nacional ("a alma da pátria"), que se encontrava na "ideia de salvação" (Gil, 1995: 22), sendo que a verdade era "natural" (*Idem*: 14). Ou seja: o regime de verdade salazarista encena a identidade nacional como se tratasse de um discurso dominante em relação ao espaço e ao tempo. Pelo que o que se manifesta não corresponde à verdade da nação, mas antes à verdade que convém à nação, com um recorte assente na 'tradição' (autoritária e espiritual), rural, em que se efabulavam os traços do carácter do povo português, que era assumido como herdeiro de um destino colonial e de uma missão civilizadora (Martins, 1990). Anne-Marie Thiesse (2000: 159) destaca os antepassados na construção da Nação, em que o povo assume o papel principal, nomeadamente através do folclore, como instrumento para a modernização do país. Isso acontece através do melhoramento das tradições, ou mesmo da sua invenção, o que é visível, depois, nas montras da nação (iniciativas públicas, museus...), onde é disponibilizado o rol de elementos identitários, em ordem a naturalizar as relações entre a comunidade, o território, os hábitos e a história. Como refere Maribel Paradinha (2006: 136), o desponter do nacionalismo defendido por Benedict Anderson, adequa-se ao caso português, mormente "à ideologia romântica que encontrou uma certa continuidade na ideologia estado-novista do 'projeto nacional' ou 'patriótico'". Sintetizando, Patrícia Vieira refere que essa verdade indiscutível não passava de "mais um truque de propaganda, uma construção ideológica cuja função era convencer a opinião pública de que não

existiam alternativas ao *statu quo*" (Vieira, 2011: 35).

A Exposição do Mundo Português (1940), a par da Exposição Colonial do Porto (1934) e do concurso para eleger a aldeia mais portuguesa de Portugal (1936), foram os momentos mais emblemáticos do Estado Novo. No caso da Exposição do Mundo Português, Martins *et al.*, (2011) sustentam que, através de uma estética da ordem, nela se patenteia um poder que mostra o exemplo e afirma verdades incontestáveis para impor uma disciplina que conduza a nação ao seu futuro. No evento, podem encontrar-se "a interpretação da cultura do povo como tradição e 'habitualidade'", a par da projeção do Império, enquanto "sonho necessário, feito de diferenças domesticadas e de ambições universalistas" (Cunha, 2001: 85).

Em "Fantasia Lusitana" é desconstruída a retórica da propaganda do Estado Novo, que sublinhava a existência de um país evocado pela Exposição do Mundo Português, assente no recorte mítico da História colocado ao serviço do regime, com a sua independência a assentar na vontade expressa de Deus, e em que se destacavam os discursos de Salazar, exaltando a modéstia, o espírito de humildade e de sofrimento e a facilidade de adaptação do povo.

"Fantasia Lusitana": uma dupla fantasia

Toda a retórica do Estado Novo encenando, como vimos, a verdade, faz com que o título do filme, "Fantasia Lusitana", represente desde logo uma dupla interpretação: a fantasia, ela-própria e a que está subjacente à ideia de "Lusitânia", de origem mítica (contrapondo-se à realidade cruel da II Guerra Mundial). Ou seja, uma dupla fantasia, em que se observa um desvio da realidade, e em que se sublinha a ironia, sendo através dessa perspetiva que se olha para o próprio Portugal.

Ana Salgueiro Rodrigues (2010: 73) defende que o facto de o filme não ter locução, a par da aparente relutância do realizador em manipular imagens de arquivo, pode ser entendido como uma "rejeição do modelo cinematográfico manipulador do Estado Novo", e como aproximação a uma filmografia "mais próxima do cinema-direto, supostamente capaz de mostrar a realidade tal qual ela é". Adverte, no entanto, para o facto de o filme trair, ainda que parcialmente, essa eventual filiação, "ao ser o resultado não de uma filmagem direta do mundo real, mas antes a (re) criação fílmica a partir de um trabalho de montagem, mais manipulador e irónico do que à primeira vista pode parecer" (*Idem*: 74). E, segundo a autora, a manipulação é, desde logo, implicitamente revelada na ironia do título, "paratexto que sublinha o carácter ficcional (Fantasia) deste documentário, desmontando, assim, a ilusão do verismo imediato que muitas vezes se confere inconscientemente ao género" (*Idem, Ibidem*).

O modo de abordagem do realizador em relação ao tempo do Estado Novo fez com que João Lopes (2010: S/P) colocasse três questões. Se "a oposição linear entre 'realidade' e 'fantasia' (surgingo o cinema como garante da primeira) é suficiente para dar conta

desse nosso passado?"; "Como lidar com o *kitsch*, e o estranho fascínio formal, com que a história recobriu muitas das imagens recuperadas?"; e, finalmente: "Como deslocar uma imagem do seu contexto original para o nosso presente?". O crítico de cinema vai mais longe, observando que o documentário traz a nu uma "verdade" que apelida de pouco popular e que perturba: "a de que somos todos salazaristas" (*Idem, ibidem*). O que não decorre nem ideologia nem da crença, mas da história e do domínio simbólico, sendo que refere não ser possível sabermos o que somos "banalizando a herança de um regime que, de modo tão intenso e subtil, determinou todos os valores da nossa existência individual e coletiva", advertindo que "tratar o salazarismo como uma espécie de curiosidade extraterrestre será sempre uma maneira pouco inteligente de valorizar a democracia" (*Idem, ibidem*).

O Estado Novo e a 'portugalidade'

A socióloga Rita Ribeiro refere que a dimensão temporal – existente ou inventada –, faz com que as nações se vistam de "transcendência e primordialidade", facto que as mitifica. "e mitifica os processos reais de construção identitária que devem de facto mais ao presente do que ao passado". Ora, é nesse nevoeiro que se produzem as imagens idílicas e se "impede de ver as contingências históricas, a geração contemporânea de tradições ou a mescla de contributos étnicos e culturais que, na verdade, moldaram o percurso da nação" (Ribeiro, 2012: 35). É dessa forma que, à luz das interpretações pouco científicas de identidade nacional, em que o apelo ao messianismo dita as suas leis, que se promove a interpretação do conceito, cruzando-o no caso português, com a 'portugalidade', uma atitude que se pretende como forma sublinhada de ser e de sentir do português, cujo significado subjacente é difuso. A este propósito, José Mattoso (2008: 97) sublinha que se o critério de análise for o da objetividade, excluem-se desde logo as teorias míticas e messiânicas, "tão insistentes, tão carregadas de emotividade, cerca do destino universal do povo português, do seu insondável 'mistério' e da sua irredutível originalidade".

A nossa observação assenta numa dinâmica identitária – em que se enquadra a 'portugalidade' que abordamos de seguida –, tendo presente que a identidade é, em primeiro lugar, uma emanção social, ainda que passível de ser inoculada pelos regimes políticos vigentes, com todas as consequências apologéticas inerentes como já vimos em relação ao período do Estado Novo, intitulado "O Estado Novo, a propaganda e a construção da identidade". Fruto da investigação que estamos a desenvolver, chegámos à conclusão que o conceito constitui uma emanção do regime salazarista, sendo a palavra profusamente introduzida no discurso político a partir de 1951. Ou seja: foi já depois da Exposição do Mundo Português de 1940 que a 'portugalidade' começou a fazer o seu caminho.

O termo não consta, no entanto, nos dicionários de referência portugueses, podendo encontrar-se nas

edições mais comuns, como é o caso do Dicionário da Porto Editora, embora com um sinónimo pouco esclarecedor, a julgar pelo seu recorte subjetivo: "qualidade do que é português"; e, numa dimensão ainda mais ampla, "sentido verdadeiramente nacional da cultura portuguesa" (Costa & Melo, 1995: 1432). O portal Ciberdúvidas da Língua Portuguesa aponta o aparecimento do termo nas décadas de 50-60 (séc. XX), altura em que se começava a viver uma conjuntura internacional marcada pela ideia de "descolonização"⁹.

Da nossa investigação, e utilizando a 'pista' fornecida pelo portal Ciberdúvidas, conseguimos obter alguma luz em relação à origem da palavra 'portugalidade', nomeadamente no que ao discurso político diz respeito. O trabalho do Estado Novo começou em 1951 com a revogação do "Ato Colonial", integrando-se às disposições num capítulo intitulado "Do Ultramar Português", em que a expressão "colónias" era substituída por "províncias ultramarinas" e o Ministério das Colónias passava a chamar-se Ministério do Ultramar. O Governo português passa a defender que Portugal seria um todo uno e indivisível, do Minho a Timor, em que todas as colónias passariam a ser províncias, tal como as outras que existiam na metrópole. Foi desenvolvida a partir daí, toda uma retórica destinada a sustentar um mito que apoiasse a ideia de que não haveria razões para o desenvolvimento de movimentos de independências nos territórios portugueses de África e da Ásia, esbatendo as diferenças que pudessem existir. É a 27 de abril desse ano – 16 anos após o início da Assembleia Nacional (AN) – que os deputados começam a introduzir a palavra 'portugalidade' nos seus discursos¹⁰, servindo a AN, através do único partido existente, a União Nacional, de eco da governação, disseminando a ideologia do Estado Novo.

Em 1953, no contexto das alterações constitucionais, a Carta Orgânica do Império Colonial Português foi substituída pela Lei Orgânica do Ultramar Português, que acabou por afirmar a ideia de uma maior solidariedade entre as províncias ultramarinas e a metrópole (Torgal, 2009: 488), com uma descentralização mais ampla, alargando-se também os poderes do Ministério do Ultramar. Para o efeito contribuíram alguns fatores, como a aprovação, em 1945, da Carta das Nações Unidas, em que se fixavam os princípios de administração dos territórios não autónomos. Nesse sentido, o Estado Novo procurava um estatuto especial para as 'colónias ultramarinas' que sustentasse a tese de que elas integravam uma nação multirracial e que existia em vários continentes. De referir que a primeira candidatura de Portugal a membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas data de 1946, tendo o país sido recusado por diversas vezes até 1955, ano em que a adesão foi aceite, e em que o governo português se lançou na defesa de uma especificidade ultramarina portuguesa.

Da análise levada a cabo às bases de dados das sessões do parlamento português – entre 1935 e 1974, durante a AN, em 1976, na 'Constituinte', e, de 1976 até 2012, na Assembleia da República (AR) –, verificou-se que a utilização da palavra 'portugalidade' nos

discursos dos deputados é quase residual, sendo que no caso do período correspondente ao Estado Novo a média é de 0,6 vezes por ano e, em democracia, de 0,5 vezes por ano, com a tendência a ir no sentido de uma utilização cada vez menor. Apesar da ligação do termo ao Estado Novo, este é utilizado de forma transversal pelos deputados da AR e em sentidos diversos.

Durante a AN, a expressão foi encontrada por 61 vezes, em 58 páginas, referentes a 54 diários. É sobre a problemática das colónias ultramarinas e ex-colónias (Brasil e Índia), que os deputados utilizam mais a palavra. Seguem-se os assuntos ligados à Educação e Juventude, nação, ruralidade, restauração nacional e língua portuguesa. É, também, usada quando são evocadas ou homenageadas personalidades. Já no que respeita à AR, a expressão está associada, na maior parte dos casos, quando o assunto versa a emigração (representada como o elo mais recente da corrente de 'portugalidade'), a língua e cultura portuguesas, a diáspora e a lusofonia; invocando heróis locais que lutaram, por exemplo, contra os invasores franceses; para abordar a unidade do território, sublinhando as regiões autónomas como parte integrante da 'portugalidade'; como requisito primeiro para se ser português, enquanto elemento basilar de ligação à Pátria. Ou quando são aprovados votos de pesar, como aconteceu aquando das mortes de António Quadros, Agostinho da Silva, Miguel Torga, Carlos Oliveira e José Saramago. O mesmo se verificou no que respeita à aprovação de votos de congratulação, como foi o caso da conquista de um título europeu de Atletismo por parte de Naide Gomes.

Notas finais

Na ponte que faz entre a Exposição do Mundo Português de 1940 (em que se enalteciam os feitos mitificados dos portugueses) e a atualidade, João Canijo, socorrendo-se de José Gil, mostra como o Portugal de ontem continua no Portugal de hoje e desmonta a irrealdade identitária portuguesa, inoculada no tempo do fascismo e que perdura na atualidade, como se o povo continuasse numa espécie de alegria melancólica, mesmo que a dureza social fizesse adivinhar outra atitude. Não obstante exista o perigo da generalização, uma vez que a sociedade portuguesa e os portugueses não estarão todos abrangidos pela constatação de Canijo e de Gil, faz sentido levar por diante esta discussão, quanto mais não seja para sublinhar a memória da construção identitária, desconstruindo alguns conceitos que, de forma recorrente, ou se assumem muitas das vezes como tema tabu, ou são alvo de tentativas de introdução no *status quo* português sem qualquer contextualização.

A palavra 'portugalidade' é um desses exemplos. Embora associada ao Estado Novo, como vimos, consta dos discursos dos deputados da AR, havendo várias tentativas de definição do termo que, paradoxalmente, não se distanciam do conceito utilizado pelos parlamentares da AN. É o caso do socialista Manuel Alegre, que utiliza a palavra de uma forma continuada. O que levará, então, este lutador

antifascista que esteve exilado durante a ditadura, regressando a Portugal após a Revolução do 25 de Abril, a defender acerrimamente um termo associado ao Estado Novo? Que relação existe, por exemplo, entre a 'portugalidade' de Manuel Alegre e a de Alfredo Pimenta, um salazarista convicto, autor do opúsculo "Em Defesa da Portugalidade" (1947), em que, para além de se mostrar adepto da monarquia, defende o nacionalismo, a contrarrevolução e o tradicionalismo? Num mundo globalizado, qual o sentido da 'portugalidade'? Mera retórica? Um racismo cultural, como comenta Stuart Hall (2000) sobre a 'englishness'? Ou uma doença como sustenta José Gil (2009) em relação à identidade?

Num momento de crise, constata-se um apelo ao patriotismo, nomeadamente por parte da classe política portuguesa que, de forma transversal, salienta ser necessário que as políticas a seguir sejam *patrióticas*. Paradoxalmente e numa altura em que Portugal está sob ajuda financeira externa, limitado, portanto, na sua independência, os membros do Governo, por exemplo, ostentam o *pin* da bandeira portuguesa na lapela.

José Gil (2012: 22), num artigo publicado na revista "Visão", refere que o português "foi expulso do seu próprio espaço continuando, paradoxalmente, a ocupá-lo", como se tratasse de um *zombiê*. E, em linha com toda a narrativa de "Fantasia Lusitana" que ajudou a desenvolver, observa, de forma coerente: "Sem presente, os portugueses estão a tornar-se os fantasmas de si mesmos, à procura de reaver a pura vida biológica ameaçada, de que se ausentou toda a dimensão espiritual".

Bibliografia

ALVES, Vera Marques – "O povo do Estado Novo": NEVES, José, coord., *Como Se Faz Um Povo. Ensaio em História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Fundação EDP/Tinta da China Edições, 2010, 183-194, ISBN: 978-989-671-040-8.

ALVES, Vera Marques - "Os etnógrafos locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um estudo de caso", in *Etnográfica*, 1:2 (1997) 237-257.

http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_01/N2/Vol_1_N2_05vermarquesalves.pdf (acedido em 29/11/2010).

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas (1999 [1966]) - *A Construção Social da Realidade*, Lisboa: Dinalivro, ISBN: 9789725765708, 207 pp.

CABRAL, Manuel Villaverde – "A Identidade Nacional Portuguesa: Conteúdo e Relevância": *Dados, Revista de Ciências Sociais*, 46:3 (2003) 513-533, ISSN: 0011-5258.

CÂMARA, Vasco – "João Canijo: 'Acho que isto não tem cura'", in *Ipsilon* (suplemento do jornal "Público" de 22 de abril de 2010)

<http://ipsilon.publico.pt/cinema/entrevista.aspx?id=255087> (acedido em 30/11/2011).

COSTA, J. Almeida & MELO, A. Sampaio (1995) - *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª edição, Porto: Porto Editora, ISBN: 972-0-05001-2, 1966 pp.

CUNHA, Luís (2001) - *A nação nas malhas da sua identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Afrontamento, ISBN: 972-36-0566-X, pp. 138.

FERRO, António (1950) - Teatro e Cinema (1936-1949), Lisboa: Edições SNI, 140 pp.

GIL, José – “O roubo do presente”: Visão nº1033 (20 de Dezembro de 2012), p. 20.

GIL, José (2009) - Em busca da identidade - o desnorde, Lisboa: Relógio d'Água, ISBN: 978-989-641-083-4, 64 pp.

GIL, José (2005) - Portugal, Hoje. O medo de existir, Lisboa: Relógio d'Água, ISBN: 972-708-817-1, 142 pp.

GIL, José (1995) - A retórica da invisibilidade, Lisboa: Relógio d'Água, ISBN: 9727082866, 55 pp.

HALL, Stuart (2000) - A identidade cultural na pós-modernidade, Rio de Janeiro: DP&A., ISBN 85-7490-154-7, 102 pp.

LOPES, João – “Revisitando o tempo de Salazar”, in Diário de Notícias (2 de maio de 2010) http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1558770&seccao=Jo%E3o%20Lopes (acedido em 12/11/2010).

MARTINS, Moisés de Lemos (1996) - Para uma inversa navegação – o discurso da identidade, Porto: Afrontamento, ISBN: 972-36-0398-5, 159 pp.

MARTINS, Moisés de Lemos (1990) - O Olho de Deus no Discurso Salazarista, Porto: Afrontamento, ISSN: 0870-7081-00042.MARTINS, Moisés de Lemos, OLIVEIRA, Madalena & BANDEIRA, Miguel – “O “mundo português” da Exposição de 1940 em postais ilustrados - O global numa visão lusocêntrica”: Revista de Comunicação e Linguagem, 42 (2011) 265-277, ISBN: 9770870708108.

MATTOSO, José (2008) - *A identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva, ISBN: 978-972-662-604-6, 112 pp.

PARADINHA, Maribel (2006) - *As Cartas de Soror Mariana Alcoforado. Manipulação e Identidade Nacional*, Lisboa: Caleidoscópio, ISBN:989-8010-27-4, 196 pp.

PIMENTA, Alfredo (1947) - *Em Defesa da Portugalidade (Palavras proferidas na noite de 11 de Outubro de 1947)*, Guimarães: Editadas pelos que as ouviram e aplaudiram, 31 pp.

RIBAS, Daniel - “Um Discurso Sobre a Identidade: João Canijo e José Gil”: BARATA, André, Pereira, António Santos & Carvalheiro, José Ricardo, org., *Representações da Portugalidade*, Lisboa: Caminho, 2012, 81-91, ISBN978-972-21-2540-6.

RIBEIRO, Rita (2011) - *A Europa na Identidade Nacional*, Porto: Afrontamento, ISBN: 978-972-36-1150-8, 261 pp.

RODRIGUES, Ana Salgueiro – “Fantasia? Lusitana? Cinema, História(s) de vida) e ética artística em Daniel Blaufuks e João Canijo”: *Revista Doc On-Line*, nº9 (2010), 60-79, ISSN: 1646-477X.

ROSAS, Fernando – “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”: *Análise Social*, vol. XXXV, 157 (2010), 1031-1054, ISSN 0003-2573.

SALAZAR, António de Oliveira (1961) - *Discursos e notas políticas (1935-1937)*, vol. II, Coimbra: Almedina, 395 pp.

SALAZAR, António de Oliveira (1943) - *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 415 pp.

SALAZAR, António de Oliveira – “Duas economias”: *Estudos*, 71 (1928), 577-600.

SANTOS, Boaventura Sousa (1990) - Estado e Sociedade em Portugal (1974-1988), Porto: Afrontamento, ISBN: 9789723602418, 272 pp.

SILVA, Augusto Santos & Jorge, Victor Oliveira, orgs., (1993) - *Existe uma Cultura Portuguesa?*, colecção “História & Ideias”, nº 6 (texto de mesa-redonda com

várias personalidades, entre as quais Eduardo Lourenço, na Casa das Artes, no Porto, em 27/04/1992), Porto: Afrontamento, 155 pp.

SILVA, Célia Maria Taborda – “A comunicação como estratégia política da Ditadura e da Democracia”, in *Actas do 6º Congresso da SOPCOM* (2009)

http://conferencias.ulufona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/266/238 (acedido em 12/11/2010).

THIESSE, Anne-Marie (2000) - *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa: Editora Temas e Debates, ISBN: 9789727592036, 304 pp.

TORGAL, Luís Reis (2009) - *Estados Novos, Estado Novo*, vol. 1, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, ISBN:978-989-26-0009-3, 673 pp.

TRINDADE, Luís (2008) - *O estranho caso do nacionalismo português*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, ISBN: 9789726712220, 352 pp.

VIEIRA, Patrícia (2011) - *Cinema no Estado Novo: A Encenação do Regime*, Lisboa: Edições Colibri, Lda, ISBN: 978-989-689-156-5.

Filmografia

Fantasia Lusitana (2010), Dir. João Canijo, Lisboa.

Notas finais

¹ Entrevista inscrita nos extras do DVD do filme “Fantasia Lusitana” (ver filmografia), a Irene Fulsner Pimentel, da autoria de Maria João Madeira.

² *Ibidem.*

³ *Ibidem.*

⁴ Entrevista inscrita nos extras do DVD do filme “Fantasia Lusitana” (ver filmografia), a Fernando Rosas, da autoria de Maria João Madeira.

⁵ As únicas imagens que, de certa forma, eram negativas para o regime, mas que este se encarregou de utilizar a seu favor, dizem respeito ao afundamento da “Nau Portugal”, que integrava a Exposição do Mundo Português de 1940. Tratava-se da réplica de um galeão da carreira da Índia do séc. XVII, que tinha sido construída nos estaleiros de Aveiro, de onde saíra em Julho com destino a Lisboa, cuja inauguração estava marcada para 8 de Setembro. No entanto, e por mau manuseamento da embarcação, ela rapidamente se afundou minutos após a partida, em plena Ria de Aveiro, tendo tombado lateralmente. Ora, António Lopes Ribeiro relata a forma abnegada e brava com que os portugueses resolveram o problema, fazendo do episódio negativo, quase que um ato heroico.

⁶ *Ibidem.*

⁷ *Ibidem.*

⁸ *Ibidem.*

⁹ Informação constante do portal “Ciberduvidas da Língua Portuguesa”, numa entrada datada de 07/04/2000 [<http://www.ciberduvidas.com/perguntas/get/275339>, acedido em 12/04/2013].

¹⁰ Informação constante do portal da Direção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República (Debates Parlamentares) [<http://debates.parlamento.pt>, acedido em 12/04/2013].